

# O mergulho dos EUA no abismo da dívida

11 SET 1985

JORNAL DO BRASIL

Lester Thurow

O que um economista pode dizer sobre a dívida dos países do Terceiro Mundo? Eles deveriam ter visto que estavam tomando empréstimos superiores à sua capacidade de pagamento, e ter adotado medidas para evitar afundar cada vez mais no endividamento.

O que um economista pode dizer sobre a decadência da Inglaterra, que em 75 anos passou da condição de um dos mais ricos para a de um dos mais pobres países industrializados? O país deveria ter tomado medidas para impedir que a libra altamente valorizada esmagasse a indústria inglesa.

Os Estados Unidos estão mergulhando no endividamento de uma forma que faz os brasis do mundo parecerem, em comparação, realmente prudentes. Em fins de 1982, os EUA tinham reservas no valor de 147 bilhões de dólares. Em algum ponto de abril de 1985, tornaram-se um país devedor, pela primeira vez desde a Primeira Guerra Mundial. E no início de 1986, deverão ultrapassar o Brasil, tornando-se o maior devedor mundial.

A indústria norte-americana vai sendo esmagada pelo dólar supervalorizado. As empresas do país que estão indo à falência não são a escória da indústria norte-americana mas algumas de suas melhores, como a Caterpillar Corporation e fabricantes de semicondutores.

O que Washington está fazendo para enfrentar este duplo desastre? Nada. O que um economista poderia dizer sobre os Estados Unidos? Exatamente o que diz sobre o endividamento do Terceiro Mundo e sobre a decadência inglesa como potência industrial.

Por que Washington não segue os conselhos que, com tanta facilidade, dá aos outros? A resposta se encontra no conflito entre o que teoricamente deveria

estar acontecendo e o que empiricamente vem se registrando.

Teoricamente, o valor do dólar (ou de qualquer outra moeda) deve se ajustar para manter um equilíbrio aproximado entre as importações e as exportações. Como resultado disto, os governos não precisam ter políticas explícitas de ajustamento. Mas, empiricamente, não é isso que está acontecendo. O valor do dólar aumentou constantemente de 1980 até o início de 1985, apesar do fato de os Estados Unidos estarem gerando déficits comerciais cada vez maiores.

Para explicar esse conflito entre a teoria e a realidade, os economistas apontam para o desenvolvimento dos mercados mundiais de capitais. Nesses integrados mercados de hoje em dia, o valor do dólar é determinado pelos fluxos de capitais e não pelos fluxos comerciais. Se as pessoas querem investir seu dinheiro nos Estados Unidos, por causa das altas taxas de juros, o valor do dólar aumentará — não importando o montante dos déficits comerciais.

Acreditando-se na proposição de que as moedas não mais se ajustam aos desequilíbrios comerciais, então algum outro mecanismo deverá ser usado para ajustar os fluxos do comércio. Se um país não quiser endividar-se ainda mais, precisará desenvolver uma alternativa política para a manutenção de um equilíbrio entre as exportações e as importações.

Teoricamente, as pessoas não deveriam preocupar-se com a falência de empresas e indústrias norte-americanas, causada pela alta valorização do dólar. Nos modelos econômicos usados para analisar o comércio mundial, não existem "custos de transição" (não custa nada entrar ou sair do negócio) e tudo é "reversível" (se uma empresa sai dos negócios porque o valor do dólar está elevado demais, voltará quando o valor do dólar cair).

Mas a realidade é marcada por custos de transição muito elevados e muitas questões irreversíveis. Diante das indenizações por demissão, aposentadorias antecipadas e dos baixos preços obtidos na venda das máquinas usadas, o custo de sair dos negócios pode ser enorme. Ante a necessidade de contratar e treinar uma força de trabalho e desenvolver redes de distribuição e de marketing, os custos da volta aos negócios são ainda maiores.

Uma vez que a posição da empresa no mercado tenha sido perdida e seus fregueses tenham desenvolvido relações comerciais com fornecedores estrangeiros, poderá ser praticamente impossível à empresa afastada voltar aos negócios.

Conseqüentemente, os países precisam se preocupar com os custos industriais a longo prazo das supervalorizações de suas moedas a médio prazo. A menos que se acredite na capacidade de um país continuar acumulando débitos para sempre, o problema do dólar supervalorizado finalmente se resolverá por si mesmo. Mas existem custos substanciais no fato de simplesmente deixar que o processo siga seu curso normal.

O que um economista pode dizer sobre o processo de buscar o equilíbrio entre exportações e importações? A maior parte da pressão para o ajustamento deve recair sobre os países que têm superávits em seus balanços de pagamentos. Se os países superavitários se ajustarem, aumentando suas importações, o volume do comércio mundial se expande e a economia mundial crescerá. Se os países deficitários precisarem se ajustar, só poderão fazê-lo reduzindo suas importações, o que levará à contração do comércio mundial e a uma estagnação da economia.

Diante destas considerações, os Estados Unidos precisam de algo como a recente proposta, feita pelo Senador Lloyd Bentsen (do Texas) e os Deputados Dan Rostenkowski (do Illinois) e Richard Gephardt (do Mis-

souri), de uma sobretaxa de 25% sobre as exportações daqueles países que tiverem um superávit de mais de 55% em seu comércio com os EUA. Esta proposta tem sido amplamente condenada como simples protecionismo, mas, na verdade, trata-se de uma lei destinada à expansão do comércio.

Em seus termos, os países superavitários serão forçados a aumentar as importações para evitar o pagamento da sobretaxa de 25% no mercado norte-americano. O objetivo da lei não é impor a sobretaxa de 25%, mas forçar os países superavitários em seu comércio com os Estados Unidos a reduzir seu superávit. Se a lei funcionar perfeitamente, esta sobretaxa não será cobrada, uma vez que cada país superavitário adotaria medidas eficientes para reduzir os excessos, aumentando suas importações de produtos norte-americanos.

Descrever esta proposta como simples protecionismo seria como dizer que a lei que proíbe as pessoas de dirigirem embriagadas é uma medida para botar gente na cadeia. O objetivo da lei não é prender as pessoas mas estimular — ou forçar — o bom comportamento. Quem não bebe, ou quem não tem um grande superávit comercial, não será preso ou não terá que pagar uma sobretaxa de 25% em suas exportações para o mercado norte-americano.

Pode-se discutir os detalhes da proposta Bentsen-Rostenkowski-Gephardt, mas algo semelhante a ela é necessário para que os Estados Unidos não afundem ainda mais profundamente no endividamento, para que o país preserve sua base industrial e para que a economia mundial entre em expansão em vez de se contrair.

Lester Thurow é professor de Economia e de Administração do Instituto de Tecnologia do Massachusetts (MIT).